

## LUKÁCS E O STALINISMO<sup>1</sup>

Nicolas Tertulian<sup>2</sup>

Hoje são raros aqueles que evocando as lutas dos intelectuais contra os regimes totalitários do leste fazem referência a outras formas de oposição que aquelas dos dissidentes. O mérito destes homens corajosos que, desde Andrei Sakharov a Vaclav Haves e de Leszek Kolakowski a Alexandre Soljénitsyne, tem adquirido uma legítima audiência, não deveria no entanto fazer-nos esquecer, por um reflexo anti-comunista compreensível mas no entanto simplificador, o fato de que a contestação começou no próprio interior do sistema e que intelectuais marxistas como Bertolt Brecht, Ernst Bloch ou Georg Lukács denunciaram com vigor as práticas stalinistas e o “socialismo de caserna”. O conteúdo e a finalidade de suas críticas eram evidentemente diferentes daquelas dos dissidentes: eles desejavam a reforma radical destas sociedades, sua reconstrução sobre bases autenticamente socialistas, e não a restauração do capitalismo.

Em 1958, Ernst Bloch confidenciava com amargura a seu amigo Joaquim Schumacher que ele mesmo e seus discípulos tinham sido na RDA objeto de uma repressão brutal. Em sua carta, expedida por prudência para a Áustria, ele explicava a seu correspondente que sua crítica contra a “*Satrapen-Misswirtschaft*” (desastrosa economia de sátrapa) havia sido por um tempo tolerada, e de bom ou mal grado aceita, mas que desde a aparição do movimento contestatório húngaro – o círculo de *Petőfi* começa a se reunir em 1956 – a situação havia mudado completamente. Vexações e interdições se sucederam. Proibido de ensinar, proibido de publicar o terceiro volume do livro

---

<sup>1</sup> In: “Materialismo Histórico y Teoría Crítica - GÉNESIS Y DESARROLLO DEL PENSAMIENTO CRÍTICO”: endereço eletrônico é: <http://www.ucm.es/info/eurotheo/materiales/hismat/tertulian.htm> - Tradução de **Ronaldo Vielmi Fortes**, doutorando em Filosofia Social e Política – FAFICH – UFMG.

<sup>2</sup> - Université Paris X-Nanterre

*Princípio Esperança*, Bloch apresentava a situação em uma fórmula lapidar: “*Man brauchte einen deutschen Lukács...*”<sup>3</sup>

Havia portanto a necessidade de um Lukács alemão na RDA de Walter Ulbricht, que justamente tremia com a idéia de que o espírito do círculo de *Petőfi*, do qual o filósofo havia sido um dos incentivadores, pudesse se propagar. E na boa tradição stalinista ele havia montado um processo barulhento, destinado a prevenir toda veleidade de colocar em questão os métodos de poder vigentes. Os principais acusados deste processo tinham sido Wolfgang Harich e Walter Janka.

Graças às obras publicadas<sup>4</sup> estes últimos anos por Walter Janka, antigo comunista, antigo combatente da guerra civil espanhola e, no momento de sua detenção, em 1956, diretor da grande casa de edição de Berlim, *Aufbau-Verlag*, podemos ter uma idéia mais clara das repercussões que o papel desempenhado por Lukács na sublevação húngara teve sobre o *establishment* da Alemanha do leste<sup>5</sup>.

Durante os eventos na Hungria, enquanto reinava a confusão, Johannes Becher, ministro da cultura, havia pedido sob o conselho de Anna Seghers a Walter Janka de voltar a Budapest para conduzir Lukács para a RDA. Amigo do filósofo, o ministro-poeta temia por sua vida. A operação, digna de um filme policial, havia sido impedida por Walter Ulbricht, que não queria imiscuir-se nos negócios dos “camaradas soviéticos”. No processo, Janka, a quem não pertencia portanto a iniciativa do projeto, se viu reprovado da intenção de trazer um “agente disfarçado do imperialismo... disfarçado de comunista”. Dentro do cenário construído pela justiça da Alemanha do Leste, sob as ordens de Walter Ulbricht, o filósofo aparecia como inspirador ideológico de um complô perpetrado pelos acusados para derrubar o regime. O procurador geral, Melsheimer (magistado em função desde o regime nazista), se valeu de um requisitório verdadeiro contra Lukács, cujas intervenções nos debates do

---

<sup>3</sup> “É necessário um Lukács alemão...” Ernst Bloch, *Briefe, 1903-1975*, hrsg. von Karola Bloch, 1985, Suhrkamp Verlag, Band II, pp. 614-615.

<sup>4</sup> Walter Janka, *Schwierigkeiten mit Wahrheit*, 1989, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt; *Der Prozess gegen Walter Janka und andere*, Eine Dokumentation, 1990, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt; Walter Janka, *Spuren eines Lebens*, 1991, Berlin, Rowohlt.

<sup>5</sup> Alemanha Oriental

círculo de *Petőfi*, assim como as declarações feitas antes e durante os acontecimentos de 1956, serviram de peças de convicção<sup>6</sup>. Uma entrevista dada por Lukács em 31 de outubro de 1956 a um jornalista polonês, Woroszilsky, largamente difundida pelas mídias ocidentais, escandalizou particularmente o procurador geral<sup>7</sup>. Se as eleições livres tivessem lugar na Hungria, afirmava Lukács, o partido comunista no poder receberia entre 5 a 10% dos votos; este seria, segundo ele, o resultado da política implementada durante anos pelo regime de Rakosi<sup>8</sup>.

Nós não temos a intenção de nos determos mais longamente sobre a história rocambolesca e trágica do processo Harich-Janka, que termina com duras penas de prisão. Os exageros do procurador, que em um dado momento havia inclusive acusado Lukács de ter apelado às tropas da OTAN contra a armada soviética<sup>9</sup>, era uma prática corrente da justiça tipo stalinista. Uma rotina também, as declarações feitas em uma conferência de imprensa em fevereiro de 1957, por Johannes Becher. Ao mesmo tempo que rendia homenagem ao “historiador da literatura” Lukács, o ministro lhe censurava agora por haver realizado uma ação “dissolvente” no círculo *Petőfi* e fornecido assim seu apoio à contra-revolução. Interrogado sobre a sorte do filósofo, Johannes Becher assegurava aos jornalistas que este se encontrava em sua casa, em Budapeste, e que, retirado da vida pública, se consagrava ao projeto de escrever uma *Ética*<sup>10</sup>. No momento em que acontecia a conferência de

---

<sup>6</sup> Citamos, segundo Walter Janka, a conclusão do requisitório pronunciado pelo procurador, de fato um texto preparado de antemão, de uma quinzena de páginas, dirigido contra Lukács, que o considerava como “o pai espiritual da contra-revolução húngara”: «Und diesen Verräter Lukacs, der schon immer ein virkappter Agent des Imperialismus in den Reihen der internationalen Arbeiterbewegung war, wollte der hier auf der Anklagebank sitzende Verräter und Feind des Ersten Deutschen Arbeiter- und Bauernstaates namens Janka, der sich wie Lukacs als Kommunist tarnte nach Berlin haben und zum geistigen Inspirator der Konterrevolution in den DDR machen.» (“E Lukacs, este traidor que foi sempre, sob uma máscara, um agente do imperialismo nos quadros do movimento trabalhador internacional, este traidor e inimigo do primeiro Estado alemão dos trabalhadores e camponeses, assentado aqui no banco dos acusados, o chamado Janka – que como Lukacs se camuflava em comunista – queria fazer vir a Berlim e fazer dele o inspirador espiritual da contra-revolução na R.D.A.”) (Schwierigkeiten mit der Wahrheit, pp. 36-37 ; Spuren eines Leben, p. 270.) Anna Seghers que tinha tido a idéia de tirar seu amigo Lukács da Hungria, e determinado Becher et Janka de colocar o projeto em aplicação, se encontrava na sala, entre o público, no momento do requisitório. teria escutado, de olhos baixos, sem levantar o menor protesto.

<sup>7</sup> Walter Janka, op. cit. p. 90.

<sup>8</sup> A declaração de Lukács é citada por Tibor Meray em seu livro *Budapest* (23 de outubro de 1956), Robert Laffon, 1961, 280: “O comunismo está totalmente comprometido na Hungria. Certamente se agruparão em torno do Partido círculos intelectuais progressistas, escritores, alguns jovens. A classe trabalhadora seguirá desde logo os social-democratas. Em eleições livres, os comunistas obteriam cinco ou no máximo dez por cento dos votos. Eles não farão provavelmente parte do governo, e passarão à oposição... Mas o Partido existirá, salvará suas idéias, tornará um centro intelectual, e daí a alguns anos, quem sabe?”

<sup>9</sup> Walter Janka, Spuren eines Leben, p. 368.

<sup>10</sup> Ibid. p. 271

imprensa, Imre Nagy com sua equipe, da qual fazia parte Lukács, se encontrava deportada na Romênia. Pouco tempo depois, na Hungria como na RDA, como em todos os países ditos socialistas, a campanha de imprensa contra o “revolucionista” Lukács iria fazer furor.

Este episódio dos anos 1956-1957, lembrado brevemente, mostra bem a que se expunha um filósofo marxista que queria por em acordo seus princípios e suas ações; pode servir de introdução a nossa discussão.

Seria arriscado afirmar que o desmoronamento do mundo comunista havia surpreendido Lukács. O autor da *Ontologia do Ser Social* considerava que os regimes do leste europeu, imobilizados em seu triunfalismo e afetados por uma indigência estrutural, estariam condenados ao fim, e que precisaria proceder com urgência à sua reforma em profundidade para salvar a opção de um futuro socialista. É o mesmo sentido do combate conduzido durante os quinze últimos anos de sua vida pelo filósofo que permaneceu fiel ao engajamento tomado em sua juventude. Por isso, era preciso cortar o mal em sua origem, em outros termos dedicar-se ao descobrimento de um ideal de liberdade, de emancipação e de justiça para os regimes que pretendiam servi-lo. Nutrindo a convicção em um sentido premonitório de que esta perversão do marxismo que é o stalinismo representa um perigo mortal para a causa do socialismo, o filósofo apaixonadamente se dedicou a denunciar o abismo que separa a teoria e a prática de Stalin do espírito marxiano.

A importância do combate conduzido por Georges Lukács durante o primeiro período de sua vida esteve até o presente largamente subestimada. E hoje, após a queda dos regimes carcomidos que não tinham nada em comum com o socialismo a não ser o nome, um fiel a Marx dificilmente seria considerado como um modelo de clarividência. É preciso seguir em seus escritos os traços deste combate para poder julgá-lo.

Entre 1956 e 1971, ano de sua morte, tanto os textos pontuais ou especialmente consagrados ao problema da democracia, como as suas grandes obras teóricas, debruçaram-se sobre o problema stalinista, que infestava, segundo ele, até as raízes o movimento comunista. Encontramos

esta preocupação desde suas intervenções nos debates do círculo *Petőfi*, passando pelo *post scriptum Meu caminho até Marx* publicado em 1957 na revista *Nuovi Argomenti*, pela *Carta a Alberto Carocci* publicada em 1962 na mesma revista, por *Socialismo e democracia*, pequena obra redigida em 1968, até às grandes obras como a *Estética* e a *Ontologia do ser social*, onde o problema é debatido no plano de uma concepção de conjunto da vida social. Isto mostra a que ponto o cacife do debate era importante a seus olhos. Nem Ernest Bloch, nem Henri Lefèbvre, nem Louis Althusser, dentre os filósofos marxistas contemporâneos, inevitavelmente obcecados pelo fantasma do stalinismo, desenvolveram uma reflexão tão aprofundada sobre a natureza do problema.

Duas razões haviam determinado Lukács a consagrar tanta energia a este problema. A primeira de ordem mais geral, estaria ligada ao destino do movimento comunista mundial; a segunda, mais pessoal, estaria intimamente ligada a sua própria história.

Sobre o plano geral, Lukács estava persuadido que longe de ser um fenômeno histórico passageiro, circunscrito à vida daqueles que lhe haviam dado seu nome, o fenômeno do stalinismo, tornado uma *forma mentis*, iria devastar ainda por muito tempo o movimento comunista internacional. Pesquisando as motivações teóricas de certas ações políticas pontuais de Stalin, ele chega a distinguir uma coerência em sua atividade, situada em oposição ao espírito autenticamente dialético. Dito de outro modo, ele remonta até as origens *filosóficas* do stalinismo – se é que a palavra é apropriada para designar uma reflexão tão primária – e tenta demonstrar que para além da prática política o stalinismo é um conjunto de visões teóricas e um método de pensamento, que desnaturou durante décadas o sentido original do comunismo.

Sobre um plano mais pessoal, Lukács, ligado há mais de meio século ao movimento comunista, teria sido em certa medida um ator do período stalinista, e em todo caso uma testemunha da escolha. As revelações de Khrouchtchev não poderiam não o atingir. Punha-se de início a questão: que relações existiam entre seus escritos redigidos durante o período stalinista (a maior

parte publicados em Moscou nos anos trinta e no início dos anos quarenta) e o clima ideológico então reinante na União Soviética? A formidável máquina de perversão stalinista não deixava moralmente imunes aqueles que não perdiam a vida. Críticas e acusações não deixavam de ser formuladas contra ele. Ele deveria se explicar. E de fato, suas análises do stalinismo implicam também as respostas às questões mais pessoais que lhe colocavam. Mas ele consagra também um texto especial à história de suas relações com Stalin e o stalinismo, onde esclarece seu ponto de vista sobre este aspecto importante de sua biografia política e intelectual.<sup>11</sup>

Lukács é o exemplo típico do intelectual comunista de percurso complicado, posto com frequência entre dois fogos. Por uma parte era vilipendiado como “*revisionista*” acusado de ter inventado o conceito de stalinismo, “*uma ficção não científica*” e de utilizar “*o combate contra o stalinismo*” para proceder a uma revisão do leninismo e, nas circunstâncias de 1956, para “*juntar e desencadear o ataque das forças contra-revolucionárias*”<sup>12</sup>; de outra parte, lhe acusavam de ser um dócil intérprete das injunções stalinistas, os interiorizando mesmo ao ponto de os sublimar em seu discurso crítico e filosófico (este é o sentido, por exemplo, do artigo consagrado em 1966 por Isaac Deutscher aos estudos de Lukács sobre Thomas Mann). Mesmo pessoas que tinham admiração e respeito por sua obra, consideravam que durante sua permanência na União Soviética, ele teria se curvado às exigências oficiais.

Não deixa de ser interessante, assim nos parece, nos determos de início sobre as reações dos próprios interessados diante destas acusações.

Em abril de 1961, o editor, Frank Benseler, envia a Lukács o prefácio preparado por Peter Ludz para uma recompilação dos textos de sua obra. Sociólogo e politólogo alemão, autor de duas outras antologias dos textos de Lukács, Luz afirmava em seu prefácio que o filósofo havia durante o exílio na

---

<sup>11</sup> Georg Lukács, «*Sozialismus als Phase radikaler, kritischer Reformen*», Enzyklopädisches Stichwort; posfácio, datado de 20 de novembro de 1969, na coletânea *Marxismus und Stalinismus*, Politische Aufsätze, Ausgewählte Schriften, IV Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, 1970, pp. 235-240.

<sup>12</sup> Cf. Andras Gedö, *Zu einigen theoretischen Problemen des ideologischen Klassenkampfes der Gegenwart*, no volume *Georg Lukács und der Revisionismus*, Berlin, Aufbau Verlag 1960, pp. 32-36; Hans Koch, *Theorie und Politik bei Georg Lukács* no mesmo volume, p. 135.

União Soviética sacrificado temporariamente à “*degradação teórica do pensamento marxista por Stalin*”. Lukács rejeita vivamente esta asserção como “falsa”. E, fato bastante significativo, recusa a periodicização de sua atividade proposta por Luz que distinguia um quarto e quinto período estabelecendo uma clivagem, e mesmo uma oposição entre o período de 1930-1955 e o subsequente. Não existe nenhuma razão, explicava a Frank Benseler, para fazer uma “*distinção de princípio*” entre os escritos destes dois períodos, que participam do mesmo espírito. A única diferença seria, segundo ele, que após o 20º. Congresso do PCUS (1956), ele teria podido explicar abertamente as idéias que anteriormente estava obrigado a transcrever em uma linguagem crítica: «*Zwischen der vierten und der fünften Periode ist also kein prinzipieller Unterschied, bloss der, dass nach dem 20. Kongress man Dinge offen aussprechen konnte, über die man früher nur in versteckten Anspielungen, in geschickten Gruppierungen reden konnte*». (“Entre o quarto e quinto período, não existe portanto nenhuma diferença de princípio, a não ser que após o 20º. Congresso se podia explicar abertamente as coisas das quais só se podia falar anteriormente fazendo alusões veladas e agrupando-as habilmente”).<sup>13</sup>

De encontro a seus numerosos críticos e adversários, Lukács considerava que seus escritos pertencentes ao período recriminado tinham um caráter fundamentalmente anti-stalinista. Em *Questões de Método*, obra redigida em 1957, ano bem movimento para Lukács (que havia passado seis meses deportado) Sartre afirmava como uma evidencia que o filósofo tinha atrás de si “*vinte anos de prática*” de um marxismo congelado, de tipo stalinista, e acrescentava ironicamente que por este motivo ele estava bem posicionado para falar da pseudo-filosofia stalinista como de um “*idealismo voluntarista*”<sup>14</sup>. Um ano mais tarde, Adorno reiterava as mesmas críticas em *Uma reconciliação extorquida (Erpresste Versöhnung)*, acusando Lukács de ter abaixado “sua potência de pensamento, manifestamente inalterada, ao nível lamentável do ‘pensamento’ soviético, que degradou a filosofia... a um simples instrumento de dominação”<sup>15</sup>. Mas houve também as intervenções, bastante raras é verdade,

---

<sup>13</sup> Georg Lukacs, carta inédita de 27 de abril de 1961, a Frank Benseler; consultada por nós nos Arquivos-Lukács de Budapest.

<sup>14</sup> Jean-Paul Sartre, *Questions de méthode*, 1960, idée, Gallimard, p. 41.

<sup>15</sup> Th.W. Adorno, *Notes sur la littérature*, 1984, Flammarion, pp. 171-172.

em seu favor. Em uma carta a Benseler, de 7 de dezembro de 1963, Lukács evocava neste sentido os estudos de Leo Kofler, publicado em Colônia em 1952, em plena guerra fria, *Der Fall Lukács: Georg Lukács und der Stalinismus*. Esta era a primeira tentativa de apresentá-lo em uma relação antinômica com o poder stalinista. O autor do estudo havia seguido, segundo ele, o essencial do problema e se achava muito mais perto da realidade.

Na mesma carta, Lukács fazia constar os artigos e estudos, publicados durante seu período moscovita, que iam de encontro à linha oficial. Ele recordava, por exemplo, seu estudo intitulado *Tribuna do povo ou burocracia? (Volkstribun oder Bureaukrat?)*, aparecido em 1940, o qual Leo Kofler também havia destacado, como sendo em substância “um ataque frontal, bem entendido em linguagem crítica, contra a burocracia stalinista no domínio da cultura”.<sup>16</sup>

A intenção daqueles que o acusavam de ter “desposado todas as sinuosidades da linha stalinista” – a fórmula pertence a um exegeta recente, Alan Brossat<sup>17</sup>, mas este gênero de crítica já é muito difundida a bastante tempo – Lukács evocava seus textos escritos nos momentos particularmente sensíveis, como por exemplo *Aktualität und Flucht*, surgido em 1941, na época da “fraternização” germano-soviética, ou *Über Preussentum*, datando de 1943, que não pôde encontrar lugar em nenhuma publicação soviética, e com razão. Ele denunciava no primeiro destes textos, as críticas literárias nazistas que exigiam uma eufórica “literatura de guerra”; seu “combate anti-fascista”, destacava ele a Benseler, era perseguido mesmo à época do “pacto”. O segundo texto, em que em uma considerável análise, fazia a distinção entre o espírito velho-prussiano e a barbárie nazista, ia com toda evidência de encontro aos slogans da propaganda soviética que a atrocidade da guerra

---

<sup>16</sup> Georg Lukacs, Carta de 7 de dezembro de 1963 a Frank Benseler; carta inédita, consultada por nós nos Arquivos-Lukács.

<sup>17</sup> Alain Brossat, Brecht et Lukács, stalinien en situation, L'Homme et la société, 1988, p. 100. O autor deste artigo constrói por vezes cenários fantasiosos para justificar sua tese sobre a caução dada por Lukács ao stalinismo. Ele afirma por exemplo que Lukács tinha sido parado por N.K.V.D. “na época do idílio entre Stalin e Hitler” por causa de sua atitude em favor da Frente popular antifascista. Brossat se engana na data; Lukács havia sido parado em Moscou pela polícia secreta de Stalin em 29 de junho de 1941, uma semana após a invasão da União Soviética pelas tropas alemãs. Ele é acusado de ser um agente da polícia política hortista, e ao mesmo tempo um “trotskista”. O oficial da N.K.V.D., encarregado da enquête, para quem “gauchismo” e “trotskismo” eram sinônimos, pensava que a crítica endereçada por Lênin em 1920 a Lukács era a prova de seu “trotskismo” precoce... De fato, Lênin havia reprovado sua atitude “gauchista” concernente a questão da participação dos comunistas no parlamento. Cf. Georg Lukács, Pensée vécue. Mémoires parlées, 1986, L'Arche, p. 137.

tornava ainda mais simplificadores. Redigidos por vezes em uma linguagem críptica, estes textos não deixavam de implicar uma “diferença” em relação à linha oficial.

Admirador do realismo, crítico de vanguarda e defensor do realismo socialista, Lukács não podia escapar à acusação de conformismo estético. Reprovaram-no freqüência não somente de ter feito suas as orientações fundamentais da crítica soviética da época, mas de ter tentado dar a elas as letras de nobreza por meio de suas análises e sua argumentação, que se situavam em um nível sensivelmente diferente daquelas dos escribas stalinistas.

Lukács refutava estas acusações como baseadas sobre um lamentável mal entendido. Uma distância incomensurável separava a seus olhos a “politização” forçada da literatura, praticada pela crítica soviética e sua própria estética do realismo. Na carta supramencionada a Frank Benseler, de 27 de abril de 1961, ele referia a Jürgen Rühle como exemplo de discernimento na matéria. Em seu livro *Literatura e Revolução*, publicado no início dos anos sessenta, este autor destacava com efeito que as semelhanças entre a posição de Lukács e aquela dos tenentes do realismo socialista seriam “periféricas” e que, em realidade, sua estética se situava nas antípodas da linha oficial. Para sustentar esta tese ao filósofo não faltavam argumentos; ele lembrava que seu segundo livro traduzido para o russo, *Sobre a história do realismo*, e publicado em Moscou em 1939, havia levantado uma tempestade na imprensa soviética: não menos de quarenta artigos hostis. Ele acrescentava que 10 anos mais tarde, os ideólogos de Rakosi iriam utilizar contra ele, a propósito de um primeiro “assunto Lukács”, montado mais ou menos no mesmo tempo que o processo Rajk, o mesmo tipo de argumentos que as críticas soviéticas nos anos 1939-40.

Julgadas em perspectiva histórica, as teses expostas pelo filósofo em seus escritos dos anos trinta, sobre a “vitória do realismo” apareciam como uma defesa subreptícia da autonomia da literatura e da imaginação criadora contra todas as injunções ideológicas, incluindo aquela autonomia discursiva dos próprios escritores. O autor do ensaio *Tribuna do povo ou burocracia?*

professava a idéia de que cada obra literária se desenvolve a partir de um núcleo, de um fogo irradiante de caráter necessariamente *utópico*, os preconceitos ideológicos e os ataques empíricos dos escritores sofrem no ato de criação uma transformação radical; este seria um desafio endereçado aos burocratas da literatura, que teimavam em fazer da arte um instrumento de propaganda e a ela prescreviam regras<sup>18</sup>.

Autores como Leszek Kolakowski ou, mais recentemente, David Pike e Arpad Kadarkay, conduziram sua guerra fria contra o “stalinismo” de Lukács sem levar em consideração o que distingue sua argumentação da linha soviética oficial, se limitando a investigar unicamente as semelhanças. Nenhum deles parece ter lido os escritos sobre o realismo dos anos trinta a luz das análises propostas pelo filósofo em sua grande *Estética* (1963); malgrado a continuidade entre os dois períodos (que ademais anula toda especulação conjuntural), tal leitura não fracassaria em tornar mais difícil a redução da estética lukacsiana aos esquemas de tipos stalinistas.

Harold Rosenberg recorda em um artigo, por sinal muito crítico em relação a Lukács (publicado com o aparecimento em inglês do livro *A significação presente do realismo crítico*), a forte impressão que havia produzido sobre ele, nos anos trinta, a leitura de certos ensaios do filósofo, em particular “*A fisionomia intelectual na figuração artística*”, publicado em 1936 pela revista *Internationale Literatur*. À época, Harold Rosenberg havia ficado impressionado com as considerações sobre “o difícil problema das relações entre o intelectual e a instituição” na criação das personagens literárias. Lukács assinalava em seu ensaio a importância da “fisionomia intelectual” graças a qual o escritor pode caracterizar e ampliar a vivência e os movimentos puramente intuitivos dos personagens. Ele se opunha vigorosamente a uma literatura ligada à superfície do real e à vivência naturalista. A exigência de “intelectualização” e a defesa da idéia segundo a qual as situações literárias

---

<sup>18</sup> O escritor inglês John Berger se mostrou particularmente sensível às análises lukácsianas consagradas aos “diferentes níveis da espontaneidade” e particularmente ao “ponto de Arquimedes” das grandes obras (é assim que Lukács designava o fogo irradiante de caráter utópico) e à oposição cortante entre naturalismo e realismo. Cf. a carta de 6 de abril de 1965 de Berger a Lukács, nos Arquivos-Lukács.

são por sua natureza excepcionais, eram uma condenação implícita das ilustrações ideológicas e das banalidades naturalistas que ditavam as letras soviéticas. Mas seu ensaio visava também explicitamente autores como Nicolai Pogodin, F. Panferov, e mesmo Alexandre Fadeev e Ilya Ehrenburg, que não chegavam a fazer fundir a riqueza intuitiva dos personagens e a reflexão em um conjunto estético. Rosenberg havia portanto boas razões para apreciar este ensaio: "... Eu admiro de longa data a teoria da 'fisionomia intelectual' tanto quanto seu autor, admiração confirmada pela resistência de Lukács ao 'realismo soviético' do período stalinista, e por seu aprisionamento com a idade de sessenta e seis anos pelos russos, quando do levante húngaro"<sup>19</sup>.

Testemunhos deste gênero, atestando a atitude estruturalmente anti-stalinista de Lukács nos anos trinta, são raros. Para Leszek Kolakowski, David Pike, Arpad Kadarkay, isto é certo: não somente ele sustentou durante seu exílio na União Soviética a linha política de Stalin, mas integrou em seus escritos o espírito funesto do ditador. Nenhum destes autores percebe o caráter anti-conformista dos ensaios sobre o realismo, e todos não aceitam a idéia de que existia uma continuidade entre o espírito de seus escritos moscovitas e a condenação do stalinismo que ele exprime abertamente a partir de 1956. E, no entanto, os esclarecimentos fornecidos pelo filósofo sobre a natureza do fenômeno stalinista permitem de vislumbrar sob uma nova luz sua atividade durante os anos passados em Moscou.

Em um de seus últimos textos consagrados ao stalinismo, Lukács escreve: «*Ich glaube ruhig sagen zu können, dass ich objektiv ein Gegner der Stalinschen Methoden war, schon als ich selber noch glaubte, Stalin anzuhängen.*» ("Eu creio poder dizer com toda tranqüilidade que eu fui um dos adversários do método stalinista, mesmo quando eu ainda acreditava estar com de Stalin")<sup>20</sup>. Ele era portanto um adversário de Stalin mesmo na época em que ele se acreditava ainda seu partidário. Esta afirmação, que pode parecer paradoxal, merece ser confrontada com a realidade.

---

<sup>19</sup> Harold Rosenberg, *Georg Lukács et la troisième dimension, Les Temps Modernes, novembre, 1964, p. 918.*

<sup>20</sup> Georg Lukacs, *Marxismus und Stalinismus*, op. cit. p. 239-240.

Lukács nunca fez mistério do fato que após a morte de Lenin, ele se alinhou ao lado de Stalin na controvérsia sobre a possibilidade construir um socialismo em um só país, *id est* na União Soviética. Contrariamente à tese sustentada hoje por diferentes historiadores segundo os quais a Revolução de outubro teria sido um *putsch* organizado por uma minoria, Lukács nutria a convicção de que as massas populares haviam levado os bolcheviques ao poder em 1917. Sua vitória se explicaria por razões históricas; eles queriam por fim à guerra e dar a terra aos camponeses, duas reivindicações das massas mais amplas, e que não podiam esperar mais. Sob a pressão da realidade, Lênin se distanciou portanto de Marx, que previa a possibilidade de edificar o socialismo somente a partir de uma economia capitalista desenvolvida, para empreender a construção da solitária União Soviética. É fundamentado sobre esta idéia de Lênin, que Lukács se ligou, com ou sem razão, nos anos vinte aos argumentos de Stalin, contra a opinião de Trotsky e de seus partidários. Em seu texto *Socialismo e Democracia* (escrito em um momento em que a Europa havia sido sacudida por acontecimentos graves, verão-outono de 1968), Lukács, aprovando totalmente o projeto de construção do socialismo em um único país, assinala os severos limites históricos da ação de Stalin. Analisando o período que, após a morte de Lênin, teria consagrado a vitória de um personagem tão despótico e astuto sobre seus adversários, ele considera sem menos que, carrascos e futuras vítimas, cometiam os mesmos erros. Obnubilados por questões econômicas (“a acumulação primitiva socialista” a fim de assegurar uma base econômica à futura sociedade) eles negligenciavam os grandes problemas políticos, e em primeiro lugar à democratização do regime, condição *sine qua non* para deter o processo de burocratização<sup>21</sup>.

Se Lukács sempre pôs tanta paixão ao defender Lênin contra aqueles que remontavam a ele as origens do método empregado por Stalin, foi por que ele distinguia uma oposição irreduzível entre os princípios que haviam inspirado a ação do primeiro, e a prática baseada sobre os rudimentos de princípios do segundo. Hoje, quando a criminalização de Lênin é tornada moeda corrente, o empreendimento de Lukács, que julgava urgente estabelecer esta distinção,

---

<sup>21</sup> Cf. o capítulo intitulado «*La victoire de Staline sur ses rivaux*» em *Socialisme et démocratisation*, 1989, Messidor/Editions sociales, pp. 69-80.

pode aparecer como anacronismo. Parece-nos, ao contrário, que suas análises e seus argumentos merecem que nos detenhamos sobre eles.

Um episódio de sua biografia intelectual pode nos ajudar a melhor compreender as relações muito particulares do filósofo com Stalin e o espírito de sua política, considerada à luz de sua grande simpatia pela ação de Lênin, inclusive no campo da filosofia.

No início dos anos trinta, Stalin organizou em Moscou um debate filosófico que terminou com a retratação da escola de Deborine e da interpretação plekahnoviana do marxismo. Utilizando a ortodoxia leninista como estandarte, o mestre de obras estabeleceu, por meio dos truques de uma deliberação aparentemente livre, seu empreendimento sobre a filosofia (ele teria alhures realizado a intervenção pessoalmente na discussão). Perfeitamente consciente do caráter tipicamente stalinista deste debate, Lukács não deixa de ter um juízo favorável sobre seus resultados; diversas vezes ele afirmou que as conclusões tiradas nesta ocasião tiveram um efeito positivo sobre sua atividade.

Esta atitude não deixou de suscitar reprovações. Mesmo aqueles que se preveniram de lhe atribuir “a menor responsabilidade na legitimação teórica do stalinismo” consideram que ele havia fornecido neste caso sua garantia à instauração de uma ideologia de Estado. Georges Labica escreveu a propósito da canonização do marxismo-leninismo na União Soviética: “O singular conluio filosófico entre Stalin e Lukács, entre o homem do Estado e o filósofo, é reveladora de uma aposta maior na instauração do marxismo-leninismo. A categoria da *universalidade* subsume as de *absoluto* e de *totalidade*”<sup>22</sup>.

Desconcertante, de fato, a posição de Lukács. Sua satisfação diante de certas orientações imprimidas pelo ditador à filosofia soviética no início dos anos trinta implica a aprovação do stalinismo enquanto doutrina e prática política? Com o distanciamento histórico, podemos seguramente lhe reprovar o fato de ter subestimado as conseqüências sobre as atividades do espírito desta

---

<sup>22</sup> Georges Labica, *Le marxisme-léninisme*, 1984, Paris, Editions Bruno Huisman, pp. 70 et 72.

vitória manipulada. Mas ainda com o mesmo distanciamento histórico, não se pode impedir de observar que as conclusões do debate iam no sentido de seu próprio caminho. A rejeição da “ortodoxia plekhanoviana”, o fato de conservar o marxismo como uma filosofia radicalmente nova, de vocação universal, valorizar a contribuição de Lênin, pareciam opiniões comuns ao “homem de Estado” e ao filósofo, o que autorizava este último a se declarar satisfeito; a realidade vai demonstrar que eles não haviam optado pela mesma coisa.

Lukács considerava que Plekhanov superestimava a influência de Feuerbach sobre o jovem Marx forjando sua própria filosofia<sup>23</sup>. Defender a interpretação de Lênin contra aquela de Plekhanov seria para Stalin uma maneira de manifestar sua “ortodoxia”; para Lukács, esta seria uma maneira de recuperar a herança hegeliana, de sublinhar a importância do grande filósofo (ocultado por um excesso de “feuerbachianismo”) na gênese do marxismo (a ponte anti-mecanicista desta posição não escapa hoje a ninguém).

A leitura dos escritos filosóficos do jovem Marx (mais tarde ocultadas pelos stalinistas) havia determinado nesta época (1930-31) uma verdadeira reviravolta na reflexão de Lukács. Sua nova interpretação do pensamento de Marx lhe impunha também um exame crítico da concepção de Mehring, simétrica àquela de Plékhanov. Em sua autobiografia *Gelebtes Denken*, ele revela a inspiração comum de seus dois passos críticos, todos os dois beneficiários do debate filosófico no início dos anos trinta.

Defendendo contra Mehring e Plékhanov a idéia de que o marxismo seria outra coisa que uma simples interpretação “sociológica” da história, a que precisaria vincular uma psicologia e uma teoria autônoma das atividades do espírito (que o primeiro investigava, para seus escritos de crítica literária, em Kant, e o segundo, nos positivistas) Lukács confrontou com o conceito de *universalidade filosófica* do marxismo, que vai se revelar pelo seu caráter anti-reducionista, um inimigo indubitável para a vulgata stalinista. A virtualidade deste conceito eminentemente *filosófico* do pensamento de Marx iria se realizar

---

<sup>23</sup> Ver o prefácio escrito em 1967 por Lukács para a reedição de seu livro *Histoire et conscience de classe*, *Werke, Frühschriften II, Geschichte und Klassenbewusstsein*, Vorwort, 1968, Neuwied und Berlin, Luchterhand, p. 23; cf. também *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, 2 Halbband, *Werke*, Band. 14, p. 566.

plenamente nas grandes obras escritas por Lukács até o fim de sua vida, a *Estética* e a *Ontologia do ser social*, mas as bases desta abordagem aparecem claramente nele desde os inícios dos anos trinta<sup>24</sup>.

O paradoxo da situação merece ser revelado. Lukács se vinculou com convicção às conclusões da discussão filosófica patrocinada por Stalin, pois a idéia de que o pensamento de Marx tinha sua coerência e autonomia em relação aos filósofos anteriores lhe parecia perfeitamente exata. O marxismo não era para ele uma mistura de determinismo econômico e de interpretação sociológica das atividades do espírito. Mas é justamente sua concepção sobre a autonomia filosófica do marxismo que vai levá-lo a denunciar o marxismo institucionalizado na URSS e (ironia da situação!) a reincidência agravada nos erros mecanicistas e deterministas de Plékhanov.

Existe uma continuidade evidente entre, por exemplo, o estudo sobre Franz Mehring, redigido em 1933 (primeiro grande texto teórico publicado após seu retorno a URSS) e os pontos de vistas expressos na *Estética* e a *Ontologia do ser social*. Tendo em conta o caráter eminentemente anti-stalinista destas últimas obras, esta continuidade torna-se a melhor prova do fato que, segundo sua própria expressão, Lukács era um adversário de Stalin ainda na época em que se acreditava seu partidário.

Se a idéia de que o pensamento de Marx se articula em um conjunto sistemático de categorias, que cobre as diferentes esferas do ser e que tem a vocação da universidade, aparecia já nos textos datando de 1933, como este citado sobre Mehring (ela representa “uma transformação total da filosofia”, - “*eine vollständige Umwälzung der Philosophie*”, escreveu ele<sup>25</sup>), mas também em um texto anterior, de 1931, consagrado ao debate de Marx e Engels com Lassale a propósito da tragédia *Franz von Sickingen*, o desenvolvimento que ela vai conhecer mais tarde não fará mais que escavar a distância que

---

<sup>24</sup> Cf. Guido Oldrini, *Le basi teoretiche del Lukács della maturità*, np volume *Il marxismo della maturità di Lukács*, a cura di Guido Oldrini, 1983, Napoli, Prismi, pp. 65-90, e do mesmo autor *Le mythe du jeune Lukács*, em *Réification et utopie. Ernst Bloch & Georg Lukacs un siècle après*. Actes du colloque Goethe Institut, Paris 1985, Actes Sud, 1986, pp. 122 e seq.

<sup>25</sup> Georg Lukacs, *Franz Mehring (1846-1919)*, *Werke*, Band 10, 1969, Neuwied und Berlin, Luchterhand, p. 350.

separava deste o início sua interpretação do “materialismo dialético” da escolástica stalinista.

Após 1946, Lukács retornou muitas vezes à idéia de que sua atividade durante os anos passados em Moscou implicava uma resistência objetiva à ideologia oficial, tese que é vivamente contestada, conforme vimos, por grande parte de seus críticos, de David Pike et Giuseppe Bedeschi a Leszek Kolakowski et Artad Kadarkay. O filósofo teria idealizado seu passado, não retendo senão aquelas idéias que poderiam conformar com a imagem de resistência, e passando a borracha tanto em seus atos de adesão, quanto os de cumplicidade?

Afim de facilitar um debate que não pode senão reavivar paixões ideológicas, nós propomos, como já se terá notado, uma aproximação que toma em consideração a estrutura do pensamento de Lukács, a morfologia e a sintaxe de suas idéias, e que investiga os aspectos de continuidade e de descontinuidade em sua obra.

Nos *Prolegomenos à Ontologia do ser social*, seu último texto filosófico, redigido no outono 1970, Lukács se detém sobre o famoso capítulo IV da *História do PC (b) da URSS*, onde Stalin expõe “os traços” do materialismo dialético e do materialismo histórico, e assinala a incompatibilidade deste catecismo do “marxismo-leninismo” oficial com o espírito do pensamento marxiano. O historicismo fundamental de Marx, ancorado ontologicamente na idéia da historicidade do ser e de suas categorias, se acomodava mal com a codificação em um sistema *fechado* de categorias, que se trataria de aplicar, sem discriminação, às diferentes regiões do ser. A própria fonte do dogmatismo stalinista era assim denunciada, e mais geralmente uma *forma mentis*. A tese segundo a qual o “materialismo histórico” não seria mais que uma “extensão” e uma “aplicação” dos princípios universais do “materialismo dialético” não teria nenhuma relação com Marx, pois a própria idéia de uma “aplicação” de princípios invariáveis contradizia a historicidade consubstanciada em seu pensamento. Ademais o próprio Marx não havia jamais empregado a expressão de “materialismo dialético”, observava Lukács, que via aí uma

recusa em se trancar em um “sistema” fechado de categorias, à maneira da antiga filosofia<sup>26</sup>.

Estigmatizando o dogmatismo stalinista, Lukács abriu a via para seu próprio caminho filosófico: a interpretação do pensamento de Marx como uma *ontologia*. A rejeição do reducionismo stalinista estaria fundada sobre a idéia de que um verdadeiro pensamento ontológico não pode fazer abstração da diferenciação e da heterogeneidade das regiões do ser com cada uma de suas categorias específicas, e que pois é impossível de fechar esta riqueza categorial em um sistema de princípios imutáveis.

No próprio corpo da *Ontologia do ser social*, Lukács acentua uma outra questão importante a propósito dos erros teóricos de Stalin. Se trata da “naturalização” da economia, mais precisamente da tendência a considerar a atividade econômica como um domínio submetido a um determinismo rígido, governado por leis quase-naturais. (Na prática do stalinismo, as atividades da vida espiritual, ou teoricamente a liberdade de escolha e a flexibilidade eram incomparavelmente muito maiores, seriam tratados como simples auxiliares do poder). O erro de ter tratado a economia como uma “segunda natureza” mais exatamente como um campo de forças puramente materiais, onde a consciência não desempenha mais que um papel de agente executivo, era igualmente compartilhado pelos marxistas da *Segunda Internacional* e por Plékhanov. Tais aproximações podem surpreender, portanto Lukács retornou mais de uma vez aos pontos comuns existentes entre o dogmatismo de Stalin e a concepção que faziam do marxismo as personalidades por demais tão diferentes dele, como Plékhanov ou certos representantes da social democracia anteriores à primeira guerra mundial<sup>27</sup>.

Como todas as outras atividades humanas, a atividade econômica é guiada por um finalismo da consciência; ela também tem um caráter “ideal”, e não puramente físico. Sublinhando esta idéia, Lukács colocou fortemente em relevo o caráter teleológico e a dimensão por excelência “humana” e não “natural” dos atos econômicos. As críticas formuladas ainda no artigo de 1925,

---

<sup>26</sup> Georg Lukacs, *Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins, Werke*, Band 13, 1984, pp.276-277.

<sup>27</sup> Ver, por exemplo, *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, 2 Halbband, *Werke*, Band 14, 1986, p. 322.

endereçadas a Bukharin, que em seu manual do *Materialismo histórico* identifica abusivamente *economia* e *técnica*, são retomadas e ampliadas na discussão das teses stalinistas. Lukács submete a uma análise rigorosa a tendência de Stalin de tratar a economia como um puro objeto, onde não há lugar senão para o cálculo e a manipulação, e de ocultar os valores que sustentam a razão econômica (irreduzível à razão tecnológica) e sobretudo sua interação com outros tipos de valores, aí compreendidos os éticos.

O filósofo vai se dedicar a demonstrar em seus últimos escritos que a prática política do stalinismo não teria sido possível sem um metamorfismo do pensamento de Marx em um determinismo insípido e petrificado. A visão monolítica de Stalin era pouco compatível com uma concepção flexível e pluralista dos complexos sociais, que fazia justiça à sua heterogeneidade e à desigualdade de seu desenvolvimento: ele deveria necessariamente empobrecer o pensamento de Marx e esvaziá-lo de sua substância.

Um dos pontos fortes de sua crítica ao stalinismo é precisamente a análise das teses expostas por Stalin em seu último escrito teórico, *Os problemas econômicos do socialismo na URSS*, publicado em 1952. Em *Socialismo e democratização*, Lukács mostra que negando à lei do valor um alcance universal, Stalin limitava sua ação à esfera da produção de mercadorias, com o que fazia uma deturpação de Marx que considerava que a lei do valor permanecia decisiva em toda sociedade, aí compreendida a sociedade socialista; do mesmo modo, contestando a legitimidade do conceito de “sobretabalho” no quadro de uma economia fundada sobre a socialização dos meios de produção, Stalin travestia grosseiramente o pensamento de Marx com o objetivo tático de validar sua concepção puramente manipulatória da “superioridade do socialismo”. A eliminação por meio de um golpe de força teórico da noção de “sobretabalho” conduzia necessariamente ao “socialismo de caserna”, pois a questão central da democracia no socialismo é diretamente ligada ao controle dos “produtores associados” sobre o “sobretabalho”. Insistindo na idéia de que o stalinismo é, para além de uma prática política, um conjunto de visões teóricas e uma certa prática ideológica, Lukács afirmava que isto era suficiente para lhe assegurar um lugar de honra na história da

desnaturação do marxismo. Chegava a exigir que se acordasse aos erros teóricos de Stalin a mesma atenção crítica dedicada no passado àqueles de Proudhon ou de Lassale<sup>28</sup>.

Vimos que ao explorar as raízes teóricas do stalinismo, Lukács encontrou nele semelhanças com certas visões de Plékhanov ou mesmo com um certo “economicismo” da Segunda Internacional. Ora assim como nós já igualmente demonstramos, ele havia defendido desde o começo dos anos trinta (e, por conseguinte, durante todo seu “período stalinista”) uma outra interpretação de Marx que aquela de Plékhanov e Mehring. Havia muito mais coisas a lhes reprovar: uma representação reducionista das relações entre economia e os outros complexos sociais, o “feuerbachianismo”, a subestimação da herança hegeliana, uma certa insensibilidade a respeito das relações indiretas, mais mediatizadas, entre a ideologia e sua base econômica, o esquecimento da tese marxiana sobre o desenvolvimento desigual dos diferentes complexos sociais. O “período stalinista” de Lukács contém portanto *in nuce* as idéias diretoras de sua grande obra de síntese a *Ontologia do ser social*, em nome das quais ele iria perseguir durante o fim de sua vida, o stalinismo até em seus últimos redutos.

Podemos fazer as mesmas considerações, *mutatis mutandis*, a propósito de seus escritos estéticos e de crítica literária. Ele criticava, por exemplo, a Mehring e sobretudo a Plékhanov, uma aproximação demasiadamente retilínea das relações entre a base econômica e a ideológica, e por conseqüência entre as concepções filosóficas dos escritores e a estrutura de suas obras. Mesmo demonstrando uma grande estima pelo marxista alemão Mehring por sua corajosa atividade, Lukács achava que na análise das obras de Lessing, Hebbel ou Nietzsche, ele estabelecia correlações muito diretas. Espavam a ele as mediações mais sutis da expressão ideológica: a dialética interna das obras não era suficientemente posta em relevo, sua especificidade estética ou filosófica negligenciada em favor da expressão ideológica direta, a complexidade das relações entre posição sócio-histórica e sublimação literária ou filosófica, por vezes sacrificada (no caso de Hebbel, por exemplo).

---

<sup>28</sup> Ibid. p. 499.

Por seu sentido da especificidade dos fenômenos literários e seu respeito pelas mediações que separam todo produto estético da realidade sócio-histórica, que lhe serve de ponto de partida, Lukács se situava à antípoda da politização forçada da arte, tão cara à Stalin. Durante seu exílio moscovita, ele não cessou, nós o vimos, de elaborar a subversão das teses em curso nas publicações soviéticas. Um exemplo, tomado do domínio filosófico, mas que vale também para a crítica literária. Insistindo no capítulo final de seu livro *O jovem Hegel*, escrito em Moscou entre 1937 e 1938, sobre a distinção hegeliana entre “espírito objetivo” e “espírito absoluto”, ele lança inadvertidamente um ataque contra a “sociologia vulgar”. Formas de expressão do espírito absoluto, segundo Hegel, a filosofia e a arte exigem, afirmava ele, uma outra abordagem em relação a seu condicionamento sócio-histórico, que a política ou o direito. Enquanto que a estrutura das instituições políticas e jurídicas, forjadas para responder às necessidades precisas da sociedade, apareciam claramente em relação com a realidade sócio-histórica, tal não era o caso das obras de arte ou dos grandes sistemas de pensamento, em que o conteúdo de verdade revela de um modo infinitamente mais sutil seu ponto de ancoragem, pois a perspectiva dos artistas, dos filósofos se eleva necessariamente para além da empiria e do pragmatismo; estes adotam um ponto de vista que se quer universal para julgar sua época, e fazem ressoar uma *vox humana*, que fala em nome da humanidade. Se apoiando sobre a distinção hegeliana entre espírito objetivo e espírito absoluto, Lukács denuncia a insuficiência de um ponto de vista estritamente genético (aquele dos interesses de uma classe ou de um grupo social determinado) na explicação das obras literárias ou filosóficas, e de sua estrutura. De encontro àquilo que ele designava como “a sociologia vulgar” (e que se pode tranquilamente identificar com a crítica soviética oficial), Lukács colocava em relevo a especificidade inalienável das grandes criações do espírito, a capacidade dos artistas e dos filósofos em transcender preconceitos e opiniões pessoais para se elevar pela perspectiva de sua consciência criativa à universalidade<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Georg Lukács, *Der junge Hegel*, 3 Auflage, 1967, *Werke*, Band 8, pp. 626-78. *Le jeune Hegel* trad. fr. par Guy Haarscher et Robert Legros, Gallimard, 1981, vol. 2 pp. 310-317.

Em um de seus últimos textos, redigido em março de 1970, Lukács relembra que seu ponto de vista sobre a “socialidade” da literatura se opunha frontalmente à concepção durante muito tempo dominante no movimento comunista, e mais particularmente na época stalinista: «*Freilich wenn ich hier vom Gesellschaftlichen als Prinzip spreche, so bedeutet dies keineswegs, wie bei der Mehrzahl meiner sozialistischen Zeitgenossen, ein unmittelbares Politisieren, erst recht nicht den Zwang zu einer Stellungnahme zu politischen Tagesereignissen, sondern im Gegenteil : den Anfang einer Differenzierung des dichterischen Gehalts, je nachdem, ob er die Gestaltung des bloss partikulären oder über die Partikularität hinausgehenden Menschen (Typus) ins Auge fasst*». (“Seguramente, quando eu falo aqui do social enquanto princípio, isto não significa de modo algum, como na maior parte de meus contemporâneos socialistas, uma politização direta, muito menos o constrangimento de tomar posição face aos acontecimentos políticos do dia, mas, ao contrário, o começo de uma diferenciação do conteúdo poético segundo o qual se trata de representar simplesmente o homem particular ou o homem ultrapassando a particularidade – o tipo”)<sup>30</sup>.

Desde o início dos anos trinta, quando se encontrava no exílio em Berlim, Lukács tomou posição nas páginas da revista *Die Linkskurve* contra a “literatura proletária” da época, celebrada pelos meios oficiais do movimento comunista alemão. Eram visados os romances de Willi Bredel, de Ernst Ottwalt, de Marchwitza (e, em filigrana, as “peças didáticas” como *A medida* de Bertolt Brecht). Lukács deplorava nestes escritores a ausência de uma consciência democrática mais ampla e de uma sensibilidade para com o conjunto de problemas da sociedade; o sectarismo e a estreiteza de sua perspectiva tinham por resultado, escrevia ele, um “naturalismo proletário” (cf. por exemplo os artigos de Hans Koch, porta-voz de Walter Ulbricht no domínio da cultura, no volume *Georg Lukács und der Revisionismus*<sup>31</sup>). No pólo oposto, David Pike, menos perspicaz que os ideólogos de Walter Ulbricht, considera que, em seus artigos publicados em *Die Linkskurve*, Lukács empreende uma

---

<sup>30</sup> Georg Lukács, *Nachwort in Essays über Realismus, Werke, Band 4, 1971, Luchterhand, p. 677.*

<sup>31</sup> *Op.cit.* pp. 92 e 98-100.

“*Selbststalinisierung*” (auto-stalinização) da literatura<sup>32</sup>. Stalin encontrará aos seus, mas críticas deste gênero não cessaram de ser dirigidas ao filósofo. Recentemente, na biografia que lhe consagra, Arpad Kadarkay afirma que Lukács sacrificou o melhor dele mesmo sobre o altar do totalitarismo stalinista. Segundo ele, os pontos de vistas estéticos de Lukács haviam sofrido uma “estranha metamorfose” durante seu exílio moscovita. Como prova, a perda do sentido “metafísico” da arte, que o jovem Lukács possuía, e o impulso do “historicismo” a que se seguiu sua reconciliação com a má realidade do stalinismo. Esta prova, Arpad Kadarkay encontrou comparando duas obras: *Entwicklungsgeschichte des modernen Dramas*, publicado em 1911 e *O romance histórico*, redigido em 1936-37, e publicada em vários fascículos pela revista *Literaturnyi Kritik* (1937). Enquanto que na primeira obra, Lukács alegava, depois de Coleridge, o caráter “não-histórico” dos personagens e a vocação “metafísica” das peças shakespearianas, na segunda obra, ele teria cedido a uma visão puramente “historicista”, procurando ancorar a força da obra do grande elizabetano nos conflitos de classe da época. A verdade é menos simples. É mesmo totalmente outra. Lukács colocou, ele está perfeitamente exato, o acento na segunda obra citada por Kadarkay, sobre o “historicismo” dos dramas shakespearianos. Mesmo para a continuação, ele iria parar mais de uma vez sobre a conexão entre a obra de Shakespeare e o espírito da Renascença, o pensamento de Maquiavel, de Etienne de la Boétie, o jovem amigo de Montaigne, etc. Mas analisando em *O romance histórico*, as obras da maturidade Shakespeare, Lukács não tem mais que um objetivo: mostrar como o grande dramaturgo chega a se libertar de toda fidelidade à história empírica, e a estilizar os conflitos reais, históricos, no sentido dos conflitos morais, para se elevar a uma universidade “antropológica”. (Lukács se apoiava em sua demonstração sobre a observação de Otto Ludwig sobre o caráter “antropológico” por excelência das obras dramáticas em relação à prosa épica). Seria “historicismo” revelar a dialética das paixões humanas em Shakespeare, atrair a atenção sobre os conflitos éticos de suas peças, e mostrar como a matéria histórica, purificada de toda contingência, se eleva à universalidade? Arpad Kadarkay passa de lado daquilo que forma o essencial

---

<sup>32</sup> David Pike, *Lukács und Brecht*, 1986, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, p. 72.

da estética lukácsiana: o amálgama entre a análise histórica e a perspectiva estética. A originalidade do autor de que se ocupa é portanto a de demonstrar como o *hic e nunc* aparece transfigurado, sublimado nos conflitos que fazem esquecer seu ponto de partida real para se elevar ao nível que concerne ao gênero humano em sua inteireza<sup>33</sup>.

Mas Arpad Kadarkau, que quer mostrar a todo preço que Lukács teria praticado um *sacrifizio dell'intelletto* durante seu exílio na União Soviética, produz um outro argumento surpreendente. Ele afirma que o autor de *História e consciência de classe* ocultou completamente durante o período incriminado a importância dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* de Marx, que ele havia lido no Instituto Marx-Engels de Moscou no começo dos anos trinta. Ele escreve: “*Even more puzzling : if Marx's Manuscripts made a lasting impact on Lukács, why his virtual silence on them... The reason was that the Manuscripts in the thirties, when Stalin condemned scholars to the helotism of hagiography, had all the appearance of a shade*”. (Fato mais desconcertante ainda: se os *Manuscritos* de Marx tiveram sobre Lukács um impacto duradouro porque seu silêncio virtual sobre o assunto?... A razão era que, nos anos trinta, quando Stalin condenava todos investigadores à condição de hilotismo da hagiografia<sup>34</sup>, os *Manuscritos* tinham toda a aparência de uma sombra”). Pouco antes, ele havia afirmado de uma maneira mais geral que “*Marx the "humanist and philosopher", in full rebellion against alienation, is nowhere to be found as an influence on Lukács, though he had earlier discovered him*”. (“Marx o ‘humanista e filósofo’, não deixou nenhum traço de sua influência nos escritos de Lukács (à época), ainda que ele o tivesse descoberto bem cedo”). Grande admirador de *História e consciência de classe*, que ele compara ao *Príncipe* de Maquiavel, o prolixo biógrafo de Lukács pretende mesmo que “Lukács não estabeleceu jamais especificamente a questão de saber se os *Manuscritos* de Marx o levaram em particular a mudar seus pontos de vistas concernentes a

---

<sup>33</sup> Arpad Kadarkay, *Georg Lukacs. Life, Thought and Politics*, 1991, Cambridge, Massachusetts et Oxford, Basil Blackwell, p. 313. Para as análises lukácsianas da obra de Shakespeare é preciso se reportar à *Der historische Roman, Werke*, Band 6, *Probleme des Realismus III*, pp. 184-188, assim como à *Die Eigenart des Ästhetischen*, vol. I, *Werke*, Band 11, 1963, Luchterhand p. 727., e vol. II, *Werke, Band 12*, p. 563. A continuidade entre as análises do *Romance histórico* e aquelas da *Estética* é evidente. Comparando as obras da maturidade de Shakespeare com as produções correntes do teatro elisabetano, Lukács mostra tanto seu enraizamento nos conflitos sócio-históricos da época quanto sua “transcendência”, sua elevação à universalidade humana.

<sup>34</sup> História da vida dos Santos.

*História e consciência de classe*, e, se afirmativo, de qual maneira”. (“Lukács never specifically addressed the question of whether, and if so how, Marx’s Manuscripts led him, in particular, to change his views on History and Class Consciousness”)<sup>35</sup>. Estas afirmações são falsas. Longe de ter passado sob silêncio os *Manuscritos* de Marx, e mais geralmente de ter ocultado o Marx “humanista e filósofo”, Lukács utilizou abundantemente os escritos do jovem Marx tanto, como nós vimos, nos anos trinta como mais tarde. No estudo supramencionado sobre Mehring, redigido em Moscou em 1933, Lukács reprovava ao marxista alemão seu desinteresse pelos escritos da juventude de Marx, e citava explicitamente os *Manuscritos econômicos-filosóficos* de 1844 e *A ideologia alemã*. Mehring que havia editado os escritos de juventude de Marx havia deixado de lado “(die) grundlegenden philosophischen Manuskripte” (“e não havia compreendido, segundo Lukács, a importância da *Sagrada Família*”<sup>36</sup>). Encontramos também numerosas citações tiradas dos escritos de juventude de Marx nas obras sobre as origens ideológicas do fascismo, ou nos ensaios *Marx und das Problem des ideologischen Verfalls*, publicado em 1938 em *Internationale Literatur*, onde figura igualmente uma referência direta à questão da alienação (ocultada, segundo Kadarkay, por conformismo)<sup>37</sup>. É preciso ainda recordar, o que ninguém ignora, que *O jovem Hegel*, terminado em 1938 em Moscou, está repleto de referências aos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, e que a própria concepção do livro se deveu à mutação advinda no pensamento de Lukács após a leitura destes *Manuscritos*? Ademais, Arpad Kadarkay quer nos fazer crer que Lukács não se explica jamais sobre as razões de sua transformação após a leitura dos *Manuscritos*. Basta ler o prefácio à edição de 1967 de *História e consciência de classe* para se convencer do contrário. Lukács dá ali as razões da transformação de perspectiva sublinhando a importância da distinção marxiana entre objetivação e alienação. É justamente a assimilação desta distinção que preparou a análise do problema da alienação em *O Jovem Hegel*. Mas Arpad Kadarkay se contenta de repetir após tantos outros, sem examinar, a idéia de que o filósofo

---

<sup>35</sup> Arpad Kadarkay, *op. cit.* pp. 327-328.

<sup>36</sup> Georg Lukács, *Probleme der Ästhetik*, *op. cit.* p. 351.

<sup>37</sup> Georg Lukács, *Wie ist faschistische Philosophie in Deutschland entstanden?*, 1982, Budapest, Akademiai Kiado, pp. 224-226; *Essay über Realismus*, *op. cit.* p. 263. Lukács cita os *Manuscritos econômico-filosóficos* também em seu estudo de 1934, *Karl Marx und Friedrich Theodor Vischer*, ver *Probleme der Ästhetik*, p. 249.

renegou *História e consciência de classe* por conformismo. Ele ignora serenamente o processo de amadurecimento filosófico de Lukács. Além disso, mal se vê como um autor que consagra três linhas à *Ontologia do ser social*, obra maior, *terminus ad quem* da evolução do filósofo, pudesse dar provas de uma melhor compreensão em suas considerações. Ele afirma peremptoriamente que na *Ontologia do ser social* “*the concept of individual autonomy is simply non-existent*” (“o conceito de autonomia individual é de todo simplesmente inexistente”)<sup>38</sup>, enquanto que basta foliar o livro para constatar que o desdobramento da individualidade é a idéia central e a finalidade da obra. Isto demonstra que podemos escrever uma biografia de 500 páginas sobre um autor sem ler atentamente sua obra mestra, ou mesmo sem lê-la em absoluto.

Uma grande obra teórica de Lukács que possui quase que a unanimidade contra ela é *A destruição da razão*. Adversários assim como certos admiradores do filósofo concordam em dizer que é um livro tipicamente stalinista, e em acusar o caráter “reductor” de suas análises. É sobretudo o capítulo consagrado a Nietzsche, particularmente combativo, que provoca a indignação. Ainda recentemente um filósofo húngaro denunciava este capítulo, à ocasião de um colóquio, como o exemplo típico do “processo stalinista” em grande espetáculo<sup>39</sup>.

Parece-nos útil, antes de pronunciar um julgamento tão severo, reconstituir a história deste livro. Podemos hoje acompanhar sua gênese laboriosa graças ao Arquivo-Lukács de Budapeste, que publicou duas versões anteriores à redação definitiva, terminada em 1952 e publicada em 1954. A primeira destas versões data de agosto de 1933, e leva o título de *Wie ist die faschistische Philosophie in Deutschland entstanden?*; a segunda, redigida em Tachkent durante o inverno de 1941-42, é intitulada *Wie ist Deutschland zum Zentrum der reaktionären Ideologie geworden?*

---

<sup>38</sup> Arpad Kadarkay, *op. cit.* p. 465.

<sup>39</sup> Endre Kiss, *Les débuts de la réception de Nietzsche parmi les intellectuels juifs hongrois, de Diner-Dénes à Lukács*, no volume *De Sils Maria à Jerusalem, Nietzsche et le judaïsme. Les intellectuels juifs et Nietzsche*, editado por Dominique Bourel et Jacques Le Rider, 1991, Paris, Les Editions du Cerf, p. 208.

Lukács deixou Berlin pouco depois da vitória dos nazistas, em abril de 1933. A primeira versão do livro foi redigida portanto alguns meses após sua chegada a Moscou. A idéia fundamental de *A destruição da razão* já estava presente. A questão posta por Lukács com considerável precocidade, pois nesta época nenhum pensador havia ainda questionado de maneira tão aguda o passado alemão, era que longe de ter surgido *ex nihilo*, a ideologia do nacional-socialismo possuía uma longa pré-história; ela seria um condensado, uma radicalização e uma vulgarização de certas teses do irracionalismo, cujo peso filosófico é particularmente forte no pensamento alemão. O trabalho genealógico empreendido por Lukács – uma verdadeira “arqueologia das idéias” – não permaneceu sem resultado. Ele demonstra de maneira convincente como certos *topoi* da *Lebensphilosophie* (a crítica da causalidade, da legalidade e do progresso e sua substituição pela “tipologia” e a “morfologia da história”, a emergência da idéia de *destino* e a preeminência do *mito* sobre a história) puderam ser assimilados, integrados e radicalizados pela doutrina do nacional-socialismo. Este trabalho que consiste em detectar na consciência filosófica alemã a formação progressiva dos esquemas ideológicos aptos a fornecer as bases teóricas ao pensamento nazista nos parece perfeitamente legítimo. Ao mesmo tempo, esta versão de 1933, que é um documento eloqüente das funestas divisões da esquerda alemã da época, trás a marca de um forte sectarismo. A obstinação do autor contra os “social-facistas” mostra que ele compartilhava sem reservas da cegueira do Partido comunista alemão e do Komintern em relação à social-democracia: em um dado momento, ele mesmo fez referência à fórmula de Stalin, que em 1928 havia estigmatizado os social-democratas como “irmãos gêmeos” dos facistas<sup>40</sup>. A afirmação feita trinta anos mais tarde, em 1967, no prefácio de *Geschichte und Klassenbewusstsein*, de que esta palavra o havia “indignado” concorda mal com as convicções expressas no manuscrito de 1933. Não tendo verdadeiramente presente o espírito desta primeira versão de *A destruição da razão*, esquecida em seu papel, ele se antecipava sobre a posição anti-sectária que se converteria efetivamente na sua alguns anos mais tarde. Mas no momento da redação, isto é em agosto de 1933, sua visão política da Alemanha era, sem

---

<sup>40</sup> Georg Lukács, *Wie ist die faschistische Philosophie in Deutschland entstanden?*, op. cit. p. 160.

nenhuma dúvida, extremamente sectária. Ele lançava o opróbrio sobre todos os partidos que haviam recusado de cooperar com o partido comunista para impedir a chegada de Hitler ao poder, taxando-os sem discernimento de colaboradores do nazismo. A única escolha seria, segundo ele: fascismo ou comunismo?<sup>41</sup> Pouco tempo depois, Lukács iria abandonar esta visão simplista para tornar-se um defensor ardoroso da política do *Front* popular, construída sobre a unidade das forças anti-facistas. Nenhum traço de condenação do “social-fascismo” subsistirá nos seus escritos posteriores, inclusive na segunda versão da obra consagrada às origens ideológicas do nazismo.

O problema que se põe é o de saber se o sectarismo político de 1933, corrigido na seqüência, não se mostra em outra parte, nas análises filosóficas, por exemplo, de *A destruição da razão*. David Pike que se entretém longamente em seu livro *Lukács et Brecht*, sobre a versão de 1933, considera que o “fanatismo” do autor se encontra na dicotomia filosófica: racionalismo *versus* irracionalismo<sup>42</sup>. Ele cita como reforço a diatribe de Leszek Kolakowski, segundo a qual Lukács por um reflexo tipicamente stalinista teria rejeitado em *A destruição da razão* o conjunto da cultura filosófica alemã, posterior ao marxismo, no campo do irracionalismo e da reação. “*Die gesamte philosophische Kultur Deutschlands mit Ausnahme des Marxismus - é crit Kolakowski dans son histoire du marxisme - wird pauschal als eine Sammlung von Hilfsmitteln verdammt, welche die Machtergreifung Hitlers im Jahre 1933 vorbereiteten. So oder so haben alle den Nazis den Weg geebnet*” (“O conjunto da cultura filosófica alemã à exceção do marxismo foi reprovado em bloco como uma coleção de expedientes que prepararam a tomada do poder por Hitler em 1933. De uma maneira ou de outra, tudo aplainou a via aos nazistas”<sup>43</sup>).

Antes de entrar na discussão de *A destruição da razão*, voltemos um instante à primeira versão do livro. Existe efetivamente no quadro filosófico esboçado por Lukács em 1933 excessos e derrapagens devido a seus pontos de vistas políticos. É suficiente citar a título de exemplo a tendência em

---

<sup>41</sup> Ibid. p. 39.

<sup>42</sup> David Pike, op. cit. p. 86.

<sup>43</sup> Leszek Kolakowski, *Die Hauptströmungen des Marxismus*, vol. 3, 1979, München, Piper, p. 311.

descobrir mesmo em filósofos como Nicolai Hartmann ou Ernst Cassirer uma inflexibilidade na direção de um “*lebensphilosophisch gefärbten Neuhegelianismus*” (“um neo-hegelianismo tingido de filosofia da vida”) <sup>44</sup>, enquanto que o primeiro destes pensadores, absolutamente impermeável tanto à “filosofia da vida” quanto em relação à corrente “neo-hegeliana” da época – representada por Glockner, R. Kroner, etc. – se orienta pelo contrário em direção a uma ontologia realista. E sua desconfiança em relação ao liberalismo chegava até mesmo a relegar a Croce no campo de uma “pseudo-oposição” (*Scheinopposition*) contra o fascismo <sup>45</sup>, a única verdadeira sendo aquela dos comunistas.

Retornando a *A destruição da razão*, é preciso observar que esta grande enpreitada de estabelecer a genealogia da *Weltanschauung* nazista não se rescente do sectarismo político professado pelo autor em 1933 <sup>46</sup>. Identificá-la a um processo de tipo “stalinista” seria ignorar sua substância. Os adversários de *A destruição da razão* – Leszek Kolakowski, David Pide, Arpad Kadarkay, Bedeschi, sem esquecer Th. W. Adorno – não conseguiram abalar as bases filosóficas do livro. Pior: eles nem mesmo empreenderam um verdadeiro exame de suas teses fundamentais. A afirmação supramencionada de Kolakowski, segundo a qual Lukács teria rejeitado no campo do irracionalismo a totalidade das correntes filosóficas não marxistas está em contradição com a própria trajetória do livro. Lukács não atribui, por exemplo, em nenhum momento ao neo-kantismo da escola de Marburgo (aquela de Cohen ou de Cassirer), cujo idealismo é patente, uma tendência irracionalista. Corrigindo seu julgamento superficial de 1933, ele não atribui mais a Nicolai Hartmann o menor golpe de vista com a *Lebensphilosophie*; ao contrário, ele assinala a singularidade da posição do filósofo berlinense, favorável à dialética hegeliana, ainda que,

---

<sup>44</sup> Georg Lukacs, op. cit. p. 194.

<sup>45</sup> Ibid. p. 238.

<sup>46</sup> Quando em sua conferência dada nos Encontros Internacionais de Geneva em 1948, Lukács havia indicado sem ambigüidade o erro levado ao combate antifacista pelo “falso dilema”: facismo ou bolchevismo? As críticas da “esquerda” de *A destruição da razão* (de Isaac Deutscher a Bela Fogarasi) reprovaram inclusive ao livro de ter posto no centro das análises o conflito entre racionalismo e irracionalismo (e não aquele entre materialismo e idealismo, dizia Fogarasi), e de fazer assim concessões indevidas ao racionalismo burguês e à sua respectabilidade (I. Deutscher). Eles não deixaram de revelar a conexão entre o combate pelo racionalismo e aquele pela democracia em Lukács e de deplorar a ocultação do ponto de vista “classe contra classe”. (cf. Isaac Deutscher, *Lukács critique de Thomas Mann*, em *Les Temps Modernes*, junho 1966, p. 2260, e Bela Fogarasi, *Der revisionistische Charakter einiger philosophischen Konzeptionen von Georg Lukács*, no volume citado, *Georg Lukacs und der Revisionismus*, pp. 317-320).

ademais, ele esquece de criticar sua tese sobre o caráter inassimilável para a aprendizagem da dialética. O irracionalismo não é mais tratado em bloco. Lukács toma o cuidado em distinguir diferentes tendências. Ele separa, por exemplo, Husserl de sua posterioridade que sofre a influência da *Lebensphilosophie* (de Scheler a Heidegger) e o neo-kantianismo de Rickert e Windelband daqueles que se inclinam em direção à mesma filosofia da vida de Simmel.

Buscaríamos em vão nos adversários do livro uma confrontação com sua argumentação filosófica. Leszek Kolakowski se contenta em afirmar a propósito do conceito de irracionalismo de Lukács: “...*überaus verschwommen, unbestimmt und phantastisch weitgefasst*” (“... totalmente indistinto, vago e tomando uma extensão fantástica”)<sup>47</sup>. Ele não opõe a menor contra-argumentação plausível às análises da gênese e da estrutura de um dos mais potentes movimentos do pensamento moderno. Lukács esboçou um vasto quadro histórico do período aberto pela Revolução francesa, examinando as mudanças que tiveram lugar no interior do idealismo clássico alemão com a passagem de Schelling da primeira à segunda filosofia, com a orientação de Fichte em sua fase tardia em direção ao irracionalismo, com a fulminante reação de Schopenhauer contra seus precedentes – Schelling, Hegel, Fichte – e identificação que ele opera entre a *coisa em si* kantiana e o princípio irracional da *vontade*, com o surgimento de Kierkegaard e de sua polêmica contra a dialética hegeliana, etc. Lukács propunha, portanto, uma vasta hermenêutica do pensamento moderno, cercando de perto a unidade e a especificidade da corrente irracionalista. Seus adversários preferiram “liquidar” o livro com julgamentos expeditivos. (Arpad Kadarkay se contenta com fórmulas do tipo: “*The book is a historical document on the intellectual miscarriages in Stalin's time*” (“O livro é um documento histórico sobre os extravios intelectuais da época de Stalin”, “*(a) slliest, Stalinist tract*” (“um traço estúpido, stalinista”)<sup>48</sup>. Nenhum deles se dá ao trabalho de discutir sua argumentação (cujos resultados poderiam se revelar contestáveis, mas é

---

<sup>47</sup> Leszek Kolakowski, *ibid.*

<sup>48</sup> Arpad Kadarkay, *op. cit.* p. 421.

preciso demonstrar se lançando ao debate no nível filosófico de Lukács e não no nível de fórmulas polêmicas)<sup>49</sup>.

Em *Uma reconciliação extorquida*, texto por excelência polêmico, Adorno consagra uma passagem desdenhosa a *A destruição da razão*. Ele reprova ao autor a ocultação do fato de que as correntes irracionistas “exprimem, face ao idealismo acadêmico, a revolta contra esta reificação da existência e do pensamento, cuja crítica havia justamente se tornado o assunto de Lukács”<sup>50</sup>. Mas falando de Simmel ou de Heidegger, Lukács não deixa em silêncio sua crítica da reificação. “*Das eigentlich interessante am Philosophieren Heideggers*” – escreve ele – “*ist nun die dusserst detaillierte Beschreibung dessen, wie 'der Mensch', das tragende Subjekt des Daseins, 'zunächst und zumeist' in dieser Alltäglichkeit sich zersetzt, sich selbst verliert*”. (“O que é verdadeiramente interessante na filosofia de Heidegger é portanto a descrição extremamente detalhada do jeito como ‘o homem’, o sujeito portador do ser-aí ‘em primeiro lugar e mais freqüentemente’ se desintegra em sua cotidianidade e perde a si mesmo”)<sup>51</sup>. A diferença em relação à Adorno é que ele não se deixa seduzir pelo anti-academicismo e o não-conformismo de certos pensadores irracionistas (Nietzsche, em particular); sua atenção se concentra sobre a análise da sublimação “ontológica” da reificação, portanto sobre o travestimento metafísico de um fenômeno eminentemente histórico-social. É neste sentido que Lukács se demora na ambição de Simmel, continuada segundo ele por Heidegger, para “dar ao materialismo histórico um alicerce” (quer psicológico, quer metafísico)<sup>52</sup>. O dito espirituoso de Adorno de que em *A destruição da razão* se manifesta “a destruição da razão do próprio Lukács” pode fazer-nos sorrir se recordarmos que ele mesmo relacionava não somente Bérson, mas também a “intuição da essência” (a famosa *Wesensschau*) de Husserl ao irracionismo da “sociedade burguesa tardia”. E que em seus ataques contra Heidegger, ele não hesitava de estabelecer a equação: o Ser = o *Führer*.

---

<sup>49</sup> Nós expusemos mais longamente nosso ponto de vista a propósito deste livro no texto «*La Destruction de la raison*» *trente ans après*, publicado em *Réification et utopie*. Ernst Bloch & Georg Lukacs un siècle après. Atas do colóquio Goethe Institut, Paris 1985, pp. 162-181; trad. alemã, no volume *Verdinglichung und Utopie*, 1987, Frankfurt, Sandler pp. 93-111.

<sup>50</sup> Theodor W. Adorno, op. cit. p. 172.

<sup>51</sup> Georg Lukacs, *Die Zerstörung der Vernunft*, 3 Auflage, 1984, Berlin und Weimar, Aufbau Verlag, p. 397.

<sup>52</sup> Georg Simmel, *Philosophie des Geldes*, 3 Aufl. München-Leipzig, p.8 ; Georg Lukács, op. cit. p. 399.

Curiosamente é Sartre que, em detrimento de sua polêmica com Lukács, parece favoravelmente impressionado por *A destruição da razão*. Simone de Beauvoir tendo enviado *Os mandarins* ao filósofo, recebeu o livro em troca<sup>53</sup>. Um eco da reação de Sartre se encontra em seu artigo *O reformismo e os fetiches*, aparecido em fevereiro de 1956 nos *Tempos modernos*. Falando dos filósofos marxistas aos quais recordava a missão de “revirar as últimas filosofias burguesas, de interpretá-las, de romper-lhes casca, incorporar a substância”, Sartre citava com aprovação dois exemplos, Tran Duc Thao e Lukács. A propósito deste último, ele escreveu: “... o único que tenta na Europa explicar por suas causas os movimentos do pensamento contemporâneo, é um comunista húngaro, Lukács, cujo último livro sequer foi traduzido em francês”<sup>54</sup>. Não há dúvida alguma de que se trata de *A destruição da razão*.

Os adversários do livro, desencorajados pelas marcas da época – guerra quente e fria – se equivocaram ao condená-lo de antemão, sobre a única base da linguagem, que, certamente, tem sua importância. É preciso romper os dentes com o núcleo filosófico de *A destruição da razão* antes de concluir daí pura e simplesmente a stalinização do pensamento. As análises redutoras podem jogar nos dois sentidos.

Assim como recordamos acima, *O jovem Hegel*, livro escrito mais ou menos na mesma época que as diversas versões da *Destruição*, não pôde aparecer na União Soviética. Nele Lukács defendia a tese de que o pensamento de Hegel dava uma expressão filosófica positiva ao período histórico inaugurado pela Revolução Francesa, enquanto que os jdanovistas, ao contrário, viam nela a reação aristocrática alemã contra esta mesma revolução. (Ainda em 1940, a *Enciclopédia Soviética* apresentava Hegel sob esta mesma luz). A consubstancialidade das duas obras é evidente assim como o seu afastamento em relação às teses em curso no movimento comunista internacional. Ademais os ataques orquestrados contra o “revisãoismo” de Lukács tomavam como alvo tanto a *Destruição* como *O jovem*

---

<sup>53</sup> No agradecimento de 10 de outubro de 1955 pelo envio do romance, Lukács lembrava em sua correspondência as “interessantes conversações” que havia tido com ela e Sartre em Helsinki. Nove anos mais tarde, em 22 de setembro de 1964, Lukács tinha escrito a Sartre para o agradecer da publicação por *Les Temps Modernes* de um de seus ensaios; ele lhe propôs para a mesma ocasião um texto sobre Soljénitsyne, pois ele apreciava a preocupação que a revista dispndia ao escritor russo. As cópias destas cartas se encontram nos Arquivos-Lukács em Budapeste.

<sup>54</sup> Jean-Paul Sartre, *Le réformisme et les fétiches, Situations*, VII, 1965, Gallimard, pp. 111-112.

*Hegel*. Este é o caso do artigo *Der revisionistische Charakter einiger philosophischer Konzeptionen von Georg Lukács*, publicado em 1959 pela revista oficial do Kominform, *Problemas da paz e do socialismo*, e reproduzido sob o mesmo título no volume *Georg Lukács und der Revisionismus*. O signatário do artigo é Bela Fogarasi, citado mais acima, antigo companheiro de luta de Lukács, e autor de um tratado marxista de lógica.

Podemos encontrar uma reação do filósofo a estes ataques (Elemer Balogh, dentre outros, havia publicado em 1958 uma crítica veemente da *Destruição*, intitulada *Zur Kritik des Irrationalismus*) em uma carta de Lukács a seu tradutor italiano, Renato Solmi: “Os sectários se mostraram, seguramente, escandalizados pelo fato de que o dogma de Jdanov sobre a oposição entre materialismo e idealismo como único objeto da história da filosofia – dogma tido por eles como aroma de santidade – havia sido ridicularizado e tentaram – por meio das mais grosseiras falsificações de citações – demonstrar o caráter ‘revisionista’ do livro”. E o filósofo lembrava a guisa de comentário as palavras de Dante a Virgílio: “*Non raggionam di lor, ma guarda e passa*”<sup>55</sup>.

Lukács não estava errado em dizer que desde as *Teses Blum*, ele não cessou de “lutar pela democracia no comunismo”. Após seu retorno da URSS, durante o período de 1945-48, ele sustentou a causa de uma transformação *evolutiva* da sociedade; ele não considerava a abolição imediata do capitalismo e preconizava uma longa transição “orgânica” de uma forma de sociedade a outra. O estouro do “assunto Lukács” em 1949 – complacente consideração da literatura burguesa, “cosmopolitismo”, subestimação do realismo socialista soviético – coincidia com a introdução de práticas ditatoriais em grande escala e com o processo Rajk.

Em junho de 1956, Lukács preside as sessões do círculo *Petőfi*, faz intervenções consideráveis, prossegue com seus ataques contra os graves erros doutrinários e contra a perversidade da prática política do stalinismo nas conferências (sua conferência *O combate entre progresso e reação na cultura contemporânea*, pronunciada em junho de 1956 a Budapeste é reproduzida

---

<sup>55</sup> Nos citamos esta carta em nosso texto sobre *A destruição da razão*; ver nota 45.

pelo número de setembro da revista *Aufbau*) e na imprensa. Ele assinala que a estratégia do movimento comunista não deve ser determinada por uma tradução mecânica na prática da oposição fundamental entre socialismo e capitalismo, mas pela tomada em consideração das contradições específicas de cada período histórico; a escalada do fascismo nos anos vinte, por exemplo, havia feito aparecer sobre o fundo da contradição fundamental, uma outra contradição, mais aguda, mais persistente. A oposição entre fascismo e o anti-fascismo. O desencadeamento da guerra fria, após a segunda guerra mundial, teria do mesmo modo feito aparecer no primeiro plano a contradição entre as forças de guerra e aquelas da paz. Nos dois casos, o campo do progresso implicava numerosas forças exteriores ao comunismo: militantes da social-democracia, da Igreja, das camadas da burguesia. Estas teses provocaram a cólera das autoridades comunistas e desencadeou uma vasta operação de repressão ideológica<sup>56</sup>. Uma incompatibilidade de fundo se desenhou: o filósofo concebia a democracia popular como “um socialismo que nasce da democracia”, enquanto que os tenentes oficiais queriam “instaurar o comunismo por meios ditatoriais”; para estes últimos, a democracia popular era “imediatamente uma ditadura” e “imediatamente também esta espécie de socialismo em direção o qual havia evoluído no dia seguinte ao assunto Tito”<sup>57</sup>.

Longe de estar preso a posições circunstanciais, os ataques de Lukács contra o stalinismo estavam fundados sobre razões filosóficas profundas, nas quais a herança hegeliana do marxismo desempenhava um grande papel. È se apoiando sobre as categorias da *mediação*, da *particularidade* (campo de determinações intermediárias entre a singularidade e a universalidade), do *universal concreto*, que ele exige uma prática política que rejeitando as dicotomias abstratas e os esquemas, se adapta à complexidade do real. Se ele reconhecia em Stalin capacidades táticas, ele não cessava de colocar em questão o assujeitamento da reflexão teórica às necessidades imediatas como um de seus principais erros. A estratégia do movimento não era mais definida pela tomada em consideração da *totalidade* do processo histórico, com suas tendências principais e com a multiplicidade de contradições específicas, mas

---

<sup>56</sup> O volume já citado, editado em 1960 na RDA, *Georg Lukács und der Revisionismus*, é testemunho disso.

<sup>57</sup> Georg Lukacs, *Pensée vécue. Mémoires parlés. op. cit.* pp. 160-161 et 174-175.

em função das exigências táticas, elevadas ao grau de universal obrigatório. Como exemplo, Lukács citava freqüentemente a razão teórica fornecida por Stalin para justificar o pacto germano-soviético (ao qual ele mesmo não negava uma certa legitimidade tática). A guerra entre a Alemanha e a coalizão anglo-francesa era considerada uma guerra entre países imperialistas, assim como a primeira guerra mundial. A palavra de ordem deveria portanto ser idêntica: “transformar a guerra imperialista em guerra civil”. É esta posição dogmática e de curto alcance que teve conseqüências desastrosas para o movimento comunista nos países aludidos.

Em suas conversações com Istvan Eörsi e Erzsébet Vezér, Lukács caracterizava o stalinismo como um “hiperracionalismo”<sup>58</sup>. Stalin e seus partidários, que queriam encerrar o processo histórico em um esquema, eliminavam de um só golpe de força a multiplicidade das mediações; eles ignoravam com uma suficiência cega a desigualdade no desenvolvimento dos diferentes complexos sociais e o caráter não-retilíneo da história, sua marcha por definição *aberta*, titubeante e imprevisível, que se acomoda mal ao fechamento e ao monolitismo. Durante os quinze últimos anos de sua vida, Lukács se dedicou a tornar os comunistas conscientes do perigo que representava as duras seqüelas do stalinismo. Após a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, ele declara em uma conversação com Bernie Taft, comunista australiano, que os dirigentes soviéticos são “estúpidos amantes”, que desacreditaram para um longo tempo a “atração do comunismo”, e acrescenta sarcasticamente que por sua ação, Brejnev havia feito Nixon presidente dos Estados Unidos<sup>59</sup>.

Uma asserção freqüentemente repetida considera que o apego de Lukács ao marxismo e a imbricação de sua existência na história do comunismo internacional impõem limites severos à sua crítica do stalinismo. Sua implicação ideológica e física o impedia de medir em toda sua amplitude a catástrofe histórica das sociedades ditas como “socialismo real”. Mesmo um comentador que quer render justiça à atitude anti-stalinista do filósofo leva em

---

<sup>58</sup> *Ibid.* p. 145.

<sup>59</sup> Bernie Taft, *Testament of Georg Lukacs*, *Australian Left Review*, september 1971, p. 45, citado por Arpad Kadarkay, op. cit. p. 461.

conta esta tese. Considerando que *“Lukács blieb stets der Wahrheit mehr verpflichtet als der Macht”* (“Lukács fica sempre mais obrigado com a verdade do que com o poder”), Detlev Claussen considera que sua crítica do stalinismo *“die objektive Unvernunft des Realsozialismus verkleinert”* (“minimiza a ausência objetiva de razão no socialismo real”). Claussen observa aí uma tendência a “raciocinar” a história do stalinismo, o que leva a uma certa “idealização da forma de sociedade... que está ligada ao nome de Stalin” (*“Idealisierung der Gesellschaftsform... die mit dem Namen Stalin verknüpft ist”*)<sup>60</sup>.

Temendo que uma atitude mais radical pudesse por em causa seu próprio passado, Lukács cientemente atenuou a crítica das sociedades de tipo stalinista ou neo-stalinista? Ou bem ao contrário, seu conhecimento direto do stalinismo, das armadilhas nas quais ele mesmo havia por vezes caído e das quais havia sido vítima em outras vezes, conferiu à sua crítica uma tenacidade que não exclui a pertinência e lucidez? Tentaremos ver isso um pouco mais claramente nos reportando aos fatos.

Tomemos o exemplo do processo de Moscou. Persuadido de que a ação de oposição colocava em perigo a estabilidade da sociedade soviética em um momento em que a ameaça hitleriana se projetava no horizonte, Lukács, longe de desaprová-las – e ele não esconde isso – as tem de uma certa maneira como inevitáveis. Consciente que podemos censurar sua “cegueira” – estas sinistras paródias prejudiciais à esquerda comunista, disso ele não tinha dúvida – ele exigia que se colocasse no contexto da época para julgar sua atitude. Diante das campanhas levadas pelos nazistas contra a União Soviética, ele pensava à semelhança de outros emigrados, refugiados em Moscou, que não se devia empreender nada que enfraquecesse o poder vigente, o único a seus olhos capaz de fazer barreira a Hitler<sup>61</sup>. É suficiente lembrar que espíritos tão diferentes como Maurice Merleau-Ponty, Klaus Mann ou Isaac Deutscher fizeram, cada um a sua maneira, apelo à situação internacional do momento

---

<sup>60</sup> Detlev Claussen, *Blick zurück auf Lenin*, introdução ao volume *Georg Lukács, die Oktoberrevolution und Perestroika*, hrsg. von Detlev Claussen, 1990, Frankfurt am Main, pp. 30-33.

<sup>61</sup> Georg Lukács, *Marxismus und Stalinismus*, pp. 163 et 236 ; *Pensée vécue*. Mémoires parlées, pp. 148-152.

para explicar, senão aprovar, a vontade de Stalin de submeter a oposição interna.

Por analogia ao processo de Danton e de seu grupo, Lukács pensava que a ameaça das aquisições da revolução funcionavam como um argumento plausível para desculpar as piores violações do direito: “Eu considerava estes processos como abomináveis – dizia ele a seus dois interlocutores, Istvan Eörsi e Erzsébet Vezér, em 1971 – mas eu me consolava dizendo que nós estávamos ao lado de Robespierre, quando mesmo o processo de Danton, se nos colocamos sobre o terreno da legalidade, não havia sido melhor que aquele de Boukharin. Minha outra consolação, e esta era um fator decisivo, consistia em dizer que o problema essencial da época era abater Hitler. Não era do ocidente que se poderia esperar esta liquidação, mas apenas dos Soviéticos (em várias retomadas, Lukács vai evocar neste contexto a atitude de Chamberlain e Daladier em Munique, afim de justificar *a posteriori* seu diagnóstico de 1936-1937 – n.n. N. T.) E não havia outra potência anti-hitleriana que Stalin”<sup>62</sup>.

A publicação recente de certos documentos, como o estenograma de uma reunião dos escritores anti-facistas alemães, membros do partido, que teve lugar em Moscou entre 4 e 9 de setembro de 1936, algumas semanas após o fim do processo de Zinoviev e Kamenev, mostra que Lukács se curvava, como os outros, ao ritual stalinista das grandes revelações ideológicas seguidas de ações repressivas do regime. Sua intervenção é pontuada por apelos à “vigilância” revolucionária (“vigilância complicada” pois os inimigos não ousam mais se apresentar com a face descoberta) e à “liquidação dos prejudiciais” (desgraçada expressão!) o que mostra que no clima de medo que reinava após o veredicto, se sabia comportar como um stalinista ortodoxo. Era realmente? Se se encontra em seu discurso ajustes de conta com os adversários literários que prolongando, segundo ele, a linha sectária da RAPP, ele não esquece de estigmatizar Zinoviev (é preciso lembrar que ele o detestava desde a época em que este, então secretário geral da Internacional comunista, protegia Bela Kun,

---

<sup>62</sup> *Pensée vécue...* p. 148.

seu adversário de longa data), ele exprime também preocupação sinceras de coerência ideológica na linha antifacista da Frente popular<sup>63</sup>.

Uma outra decisão de Stalin que não foi desaprovada por Lukács é o pacto germano-soviético. Ele o havia considerado na época como uma ação hábil, destinada a constranger as potências ocidentais, titubiantes, a fazer frente comum com a União Soviética contra o nazismo. A maneira pela qual se desenrolaram na seqüência os acontecimentos fizeram justiça, afirmava Lukács, a esta ação de Stalin, mesmo se, assim como nós vimos, não somente ele não havia caucionado sua justificação ideológica, mas a havia considerado como um exemplo típico de manipulação histórica com fins puramente práticos.

Apesar de uma existência difícil no interior do movimento comunista – ataques na imprensa, prisão, deportação e “assunto Lukács” – o filósofo não colocou abertamente em causa o stalinismo senão a partir do verão de 1956, alguns meses após o XX Congresso dos PCUS. Isto é um fato. Em setembro de 1946, ele defendeu ainda nos Encontros Internacionais de Genebra, “o espírito de 1941”, em outros termos a aliança das forças democráticas – da Grã Bretanha, dos Estados Unidos e da União Soviética – contra o fascismo. Esta atitude se situava na seqüência lógica de seu credo democrático, anti-sectário, existente em germe nas *Teses Blum* de 1928. Mas o desencadeamento da guerra fria que deveria enterrar desde logo o “espírito de 1941”, também iria lançar Lukács nas armadilhas do maniqueísmo stalinista a qual ele fornecerá sua contribuição. O posfácio a *A destruição da razão*, escrito em 1953 é um exemplo. Ali vemos Lukács defender no melhor estilo da guerra fria a política da União Soviética (incluindo a guerra da Coreia ou o “assunto Lyssenko”), denunciar a ideologia pró-americana e celebrar o grande movimento pela paz<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Georg Lukács/Johannes R. Becher/Friedrich Wolf u.a. *Die Säuberung, Moskau, 1936 : Stenogramm einer geschlossenen Parteiversammlung*, hrsg.von Reinhard Müller, 1991, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, pp. 184-197. Victor Serge que encontrou Lukács em Moscou nos anos trinta, escreve em suas *Mémoires d'un révolutionnaire* que o filósofo deixou nele a impressão de alguém que “vivia corajosamente no medo” (p. 204).

<sup>64</sup> A violência deste texto não pode ser compreendida fora do contexto da época. O macartismo intelectual de que padecia os Estados Unidos, a radicalização anti-comunista de uma certa elite da *intelligentsia* européia, de Camus a Mauriac e de Jaspers a Denis de Rougemont, estimularam Lukács a endurecer simetricamente sua posição. Particularmente sensível a identificação sumária das realidades do mundo soviético e das práticas stalinistas com o “totalitarismo marxista”, que colocava em questão através do stalinismo o pensamento comunista em geral, reagia colocando-se sem reservas por trás da bandeira de seu campo como o mostram suas críticas e seus ataques bem azeitados contra os ideólogos do mundo ocidental, de James Burnham e Arthur Koestler a Raymond Aron, e de Malraux a Silone. As simplificações e os excessos de linguagem deste posfácio, datado de janeiro de 1953, mostram bem o clima de guerra fria da época. Sozinhos entre os intelectuais ocidentais, pessoas como Karl Barth ou Jean-Paul

Sabemos, entretanto, se acreditarmos em seus testemunhos ulteriores, que o verme estava na fruta. “O assunto Lukács” de 1949-50, as pressões e vexações da qual ele era o objeto (dentre outras coisas que iriam constrangê-lo a uma segunda “auto-crítica”), e particularmente o processo de Laszlo Rajk iriam preparar o terreno para uma radicalização que eclodirá claramente com suas primeiras intervenções no círculo *Petőfi* no verão de 1956.

A partir de 1956 e em detrimento das ameaças que não cessam de pesar sobre ele, e das vexações sofridas, Lukács multiplica os textos consagrados à análise do stalinismo. Textos estes concernentes tanto à prática como à *Weltanschauung* stalinista. Ele se obstina, nos o vimos, em descobrir os fundamentos ideológicos dos atos de Stalin. Isto pode parecer irrisório. Milhões de seres humanos morreram, vítimas do pequeno pai dos povos. É verdadeiramente interessante conhecer a “filosofia” do carrasco? É ignorar a formidável potência do aparelho ideológico posto em ação por Stalin. Somente aqueles que viveram na União Soviética ou nos países do Leste conhecem a pressão moral a qual cada cidadão era cotidianamente submetido até em suas ações mais inocentes. A repressão física andava de par com a repressão do pensamento. Stalin criou realmente um “homem novo”, que a ele sobreviveu. Era a missão de um filósofo que, em detrimento de sua inteligência, de sua erudição e de sua fé sincera na causa do socialismo, não pode escapar totalmente a empreitada desta formidável perversão do pensamento marxista e do pensamento *tout court*.

De outra parte não podemos deixar de reconhecer a Lukács uma lucidez premonitória no que concerne ao socialismo “real”. Em sua obra *Socialismo e democratização*, redigida nos meses que se seguem ao esmagamento da *Primavera de Praga*, ele denuncia o caráter artificial e o irrealismo fundamental das sociedades erigidas nos países do Leste. As disfunções, os absurdos da planificação autoritária, as distorções entre os diferentes setores da vida social, a apatia e a passividade a que se vêm reduzidas as mais largas camadas da população, a manipulação da opinião pública, nada passou em silêncio. Na mesma nervura, mas no domínio da crítica literária, Lukács consagra dois

---

Sartre, lhe inspiravam simpatia. A resposta deste último a Camus na polêmica do autor de *O homem revoltado* tinha para Lukács um valor exemplar.

estudos a Soljénitsyne, o primeiro em 1964, o segundo em 1969: eles serão reunidos em 1970 em um pequeno livro. Ele é também a primeira crítica contemporânea a sublinhar o valor histórico e universal da rejeição do stalinismo, levado à expressão literária pelo grande romancista.

O muro de Berlin não sepultou sob os escombros a obra de Lukács. Vasta empreitada de renovação do marxismo, em grande parte sobre a base de uma experiência social e política se valendo do autor de *O capital*, esta obra, incontestavelmente marcada pelas convulsões do movimento comunista, é uma construção teórica muito sólida para ser expedida por fórmulas polêmicas e por julgamentos apressados, independente de concordarmos ou não com suas conclusões filosóficas.

A última grande obra de Lukács *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins* é inspirada pela convicção de que uma regeneração da práxis socialista passa inevitavelmente pela ruptura com o marxismo imobilizado, que havia garantido por seu necessitarismo e por seu “economicismo”, tanto o oportunismo da social-democracia anterior à primeira guerra mundial, quanto, sobre um outro plano, o stalinismo. Lukács aí propõe restituir à política, ao direito, à moralidade, a ética o lugar que lhes corresponde na topografia da sociedade, demonstrando que a densidade e a complexidade do tecido social excluem toda codificação a partir de normas abstratas. Gigantesca empreitada histórica de regulação autoritária da vida social, o stalinismo não é uma encarnação do marxismo, mas sua perversão teórica e prática.

Projetando coroar sua reflexão sobre a sociedade com uma *Ética*, que permaneceu infelizmente sob a forma de fichas preparatórias, voltada obstinadamente contra o stalinismo que tentava abolir pela força os critérios morais e éticos, submetendo a vida social a uma codificação jurídica imposta pelo alto. Recordava neste contexto a visão premonitória de Hegel. Criticando o caráter abstrato da moral kantiana, o grande filósofo chamava a atenção para a impossibilidade de deduzir a ação moral a partir de critérios puramente lógicos (cf. o exemplo kantiano do *depósito*, analisado no ensaio sobre o direito natural). Lukács se apoiava sobre a famosa demonstração hegeliana para reagir contra toda tentativa de homogeneisar artificialmente um tecido por

definição heterogêneo e de sacrificar o concreto sócio-histórico aos esquemas fabricados pelo entendimento abstrato<sup>65</sup>.

A ontologia da vida social, na visão de Lukács, se traduz *in politicis* por uma mescla de inflexibilidade e de flexibilidade; se os pesos da história, suas contradições e seus atalhos, exigem uma grande flexibilidade na elaboração da tática e da estratégia política para poder tomar em conta toda a multiplicidade de mediações, o horizonte permanente da ação não pode ser outro que a livre auto-determinação dos indivíduos, *telos* último da vida social.

No conceito de *Gattungsmässigkeit für sich* (a especificidade do gênero humano para-si\*), Lukács faz convergir todas estas aspirações em direção à plena autonomia do indivíduo e em direção ao desdobramento da personalidade, tudo isto sublinhando que nada se pode fazer sem a tomada em consideração da *Gattungsmässigkeit an sich* (a especificidade do gênero humano em si), que é o estado atual da condição humana. Realizar o difícil equilíbrio entre a heteronomia e a autonomia do sujeito permaneceu até o fim a obsessão e a idéia-força de seu pensamento. Um anti-utopismo fundamental não o impediria de crer na emancipação do gênero humano.

---

<sup>65</sup> Georg Lukács, *Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, *op. cit.* p. 309. O stalinismo estava diretamente interessado em uma utilização *sui generis* da crítica do dialético Hegel contra o dogmatismo kantiano.